



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

### Assunto da interpelação oral e respectivas questões

A Lei do Planeamento Urbanístico (LPU) vai entrar em vigor no próximo mês de Março, e a população está preocupada com a transparência dos trabalhos de avaliação, elaboração dos planos urbanísticos e o período necessário para tal.

Antes da entrada em vigor da LPU aconteceu o caso da “falsa partida” referente à alteração dos planos de urbanização na zona norte da Taipa, levando a população a questionar se, de facto, houve clientelismo nesta questão. Posteriormente, o Chefe do Executivo prometeu que, antes da entrada em vigor da LPU, não ia ser autorizado nenhum projecto de desenvolvimento para a alteração dos planos de urbanização da zona norte da Taipa, assim como também não iam acontecer mais “falsas partidas” para a alteração dos planos de outras zonas, nomeadamente, as zonas C e D dos novos aterros junto do Lago Nam Van, tendo referido que se trata da zona com maior urgência para a elaboração dos planos. Por outro lado, a nova ronda de consultas para os planos urbanísticos dos novos aterros terá lugar em Dezembro do presente ano, contudo, o mecanismo de desenvolvimento, a longo prazo, para a reserva e classificação do número de terrenos refentes à política “terra de Macau destinada a residentes de Macau” ainda não está decidido.

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

IO-2014-02-24-Ng Kuok Cheong (p) mmc

1



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

1. A LPU vai entrar em vigor no mês de Março do corrente ano. O Governo da RAEM vai implementar consultas públicas, no 1.º semestre deste ano, com vista a promover o Plano Director? Tendo por base a coordenação dos planos urbanísticos, o Governo deve começar os procedimentos de consulta pública referidos na LPU, no 2.º semestre do corrente ano, dando primazia, nomeadamente, à elaboração dos planos urbanísticos que abrangem o Centro Histórico de Macau, a zona norte da Taipa, onde a população questiona se, de facto, houve alguma “falsa partida”, e as zonas C e D, junto do Lago Nam Van, referidas pelo Chefe do Executivo como as zonas com maior urgência para a elaboração dos planos. O Governo vai fazer tudo isso?

2. Há toda a necessidade de lançar, quanto antes, uma consulta pública sobre o tipo e a quantidade dos terrenos a serem reservados para serem integrados no mecanismo de longa eficiência de “terra de Macau destinada a residentes de Macau”, de forma a determinar, antes de Dezembro do corrente ano, os terrenos a serem destinados à construção de habitação económica e social, bem como de habitações para responder às necessidades concretas dos cidadãos, por exemplo: dos que pretendam adquirir pela primeira vez habitação, dos que pretendam arrendar primeiro e comprar depois uma habitação, dos idosos que pretendam ter uma habitação com condições apropriadas de habitabilidade e dos que pretendem trocar de habitação, etc. São portanto estes os requisitos



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

básicos a terem em conta na concepção do planeamento dos aterros na auscultação pública que terá lugar em Dezembro do corrente ano. O Governo vai fazer isso?

3. Poderá o Governo da RAEM assegurar que as reuniões realizadas pelo Conselho do Planeamento Urbanístico são abertas aos média e este fornece, activamente, aos média todas as informações relativas às plantas de condições urbanísticas definidas nos termos da Lei do Planeamento Urbanístico e às condições indemnizatórias propostas pela Comissão de Avaliação criada segundo esta mesma Lei?

24 de Fevereiro de 2014

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Ng Kuok Cheong